



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

**Ofício PROJUR nº 058/2025**

Vitória/ES, data e hora da assinatura digital.

Ao Senhor Agente de Contratação/Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itarana.

Referência: Informar sobre possíveis adequações no que tange a inclusão da possibilidade/obligatoriedade de o profissional/pessoa jurídica poder estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como o órgão de fiscalização do profissional técnico industrial.

**CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 675, sala 701, Ed. Palácio do Café, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-912, representado legalmente pelo seu Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, informar que recebeu denúncia no que tange à legitimidade da atuação dos técnicos industriais em determinadas atividades, uma vez que resta ausente a exigência/possibilidade dos técnicos industriais se responsabilizarem por tais atividades técnicas e o Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES como órgão de fiscalização, tendo em vista que foi limitada a participação aos registrados nos sistemas CREA/CAU, desclassificando e desabilitando outros profissionais/pessoas jurídicas igualmente capacitadas e habilitadas pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Pois bem, inicialmente importante novamente salientar e ratificar que, através da Lei nº 13.639/2018, publicada no D.O.U em 27 de março de 2018, foram criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRT, os quais passam a integrar o sistema fiscalizador com competência exclusiva, para orientar, disciplinar e fiscalizar (art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos Técnicos Industriais regulamentados pela Lei nº 5.524/68 e Decretos nº 90.922/85 e 4.560/2002.

Por esta razão o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo sistema CONFEA/CREA.

Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/18 o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no sítio eletrônico das respectivas regionais, sendo o do CRT-ES, [www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br).

O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART, sem qualquer prejuízo das prerrogativas e atribuições técnicas para os profissionais, tendo sido regulamentado pela Resolução CFT nº 40/2018.

O cerne em questão é referente à adequação do Edital de Concorrência Eletrônica Nº 90002/2025, sendo conduzido pela Prefeitura Municipal de Itarana, órgão da administração direta, com personalidade jurídica de direito público e subordinada ao Poder Executivo municipal. O Edital em questão limita a participação aos licitantes registrados nos sistemas CREA/CAU.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

O referido certame licitatório se trata de **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CENTRO PÚBLICO DE CONVIVÊNCIA “MARIA DE LURDES DE CASTRO DE MARTIN” NO CENTRO DE ITARANA/ES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO ANEXO I DESTE EDITAL.”**.

Ora, em análise às atribuições para a execução dos serviços ora exigidos no objeto do presente certame licitatório em seu Edital e no Termo de Referência, conforme descrição dos serviços a serem executados, é indubitável que são atribuições concernentes/concorrentes às atividades exercidas pelos Técnicos Industriais em Edificações e Construção Civil.

Observa-se claramente que se tratam de serviços de atribuições concorrentes com as dos técnicos com a habilitação supracitada, atribuições essas garantida desde 1968 pela Lei Federal Lei 5.524 e posteriormente regulamentada pelos Decretos 90.922/85 e 4.560/2002, sendo, por óbvio, extensiva às pessoas jurídicas devidamente registradas no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES, na qual possuem indubitável competência e capacidade técnica para a execução do presente objeto do certame nos termos do artigo 67 inciso II da Lei Federal 14.133/2021, conforme suas atribuições que serão aqui demonstradas.

Imperioso ressaltar que a Resolução 058/2019, emitida pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, é clara ao estabelecer as atribuições dos Técnicos Industriais em Edificações e Construção Civil. Tal resolução demonstra cristalinamente o enquadramento em sua integralidade dos técnicos nos serviços ora exigidos no presente certame.





# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Pois bem, é clarividente que o objeto do presente edital é extensivo aos Técnicos Industriais com a habilitação supramencionada, sendo devidamente regulamentadas pela Lei 5.524/68 e Decretos 90.922/85 e 4.560/2002, nos seguintes termos:

Lei 5.524/68 Art. 2º A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.

Decreto 90.922/85 Art. 3º. Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I – conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II – prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III – orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V – responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Não pairam dúvidas quanto a qualificação técnica das pessoas jurídicas registradas no CRT-ES bem como dos técnicos a exercerem as atividades ora objeto do presente certame licitatório, visto que se trata de atribuições totalmente compatíveis com o habilitado conforme já demonstrado, sendo, portanto, totalmente legitimados à responsabilização do referido contrato da licitação em questão, através do Termo de Responsabilidade Técnica - TRT emitida pelo respectivo Conselho.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

É indubitável que foi de forma totalmente equivocada, o referido certame licitatório omitir quanto a necessidade de as pessoas jurídicas serem devidamente registradas no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como forma de qualificação técnica, o que acarreta, por óbvio, prejuízo imensurável a toda classe dos técnicos industriais.

Vale salientar ainda que, incluir cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, ou até mesmo, evidenciando a preferência ou distinções em razão da naturalidade, é totalmente vedado pela Lei Federal 14.133/2021 em seu artigo 9º incisos I, II e III, podendo configurar, inclusive, direcionamento de licitação, como se vê:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Portanto, ao estabelecer que o licitante seja registrado apenas nos sistemas CREA/CAU, os possíveis licitantes corretamente registrados ao sistema CFT/CRT não estariam habilitados para o presente certame, de forma absolutamente equivocada e, inclusive, inconstitucional, impedindo o livre exercício profissional e infringindo o princípio da isonomia, configurando possível tratamento diferenciado de natureza ilícita do presente certame licitatório.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Na oportunidade, vale informar, inclusive, que a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo já emitiu minutas de editais contemplando o sistema CFT/CRT's, quando couber, em seu sítio eletrônico, com a finalidade de subsidiar os órgãos à elaboração dos novos processos licitatórios ou os já em andamento para retificações.

Segue, abaixo, sugestão de redação com as adequações necessárias para assegurar a devida inclusão, permitindo que empresas e técnicos industriais regularmente registrados no CRT-ES concorram em condições de paridade, conforme explicitado:

#### 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

17.1.23 - Providenciar junto ao CREA/ES **e/ou CRT/ES** – Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART) **e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)** referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

#### 11.2.1 – Documentos para habilitação:

- Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho de Classe correspondente (CREA/CAU/**CRT**), com jurisdição sobre o domicílio da sede da mesma, através da apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica;
- Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho de Classe (CREA/CAU/**CRT**) da região da sede da empresa ou outra entidade profissional competente do profissional de nível superior **ou técnico**;
- Capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se dará pelo fato de a licitante possuir em seu quadro, profissional devidamente reconhecido pelo CREA/CAU/**CRT**, de nível superior **ou técnico**, e que seja detentor de no mínimo 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de obras de características semelhantes à do objeto do presente edital, sendo: - Execução de reformas de prédios públicos como escolas, unidades de saúde, CREAS, CRAS, entre outros que se assemelham com o objeto presente neste edital.

Importante aqui salientar que o presente é para apenas inserir a possibilidade de inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica poder estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do





# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como o órgão de fiscalização do profissional técnico industrial assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, para legitimar o exercício da profissão do técnico industrial e não para excluir qualquer outro órgão aqui exigido como forma de habilitação.

Portanto, ante o exposto, com todas as vênias, requer a Vossa Senhoria, que seja revisado e retificado o Edital em conjunto com o Termo de Referência supramencionado, para que atendam à legislação vigente.

Na oportunidade, apresento à Vossa Senhoria os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração, e ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Lucas Muniz Ferreira de Almeida**  
**Procurador CRT-ES**  
**OAB/ES 30.546**  
**Mat. 00014**

**Ana Paula Fontes de Abreu Bastos**  
**Acadêmica de Direito**